# CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**

ÁLVARO JR./ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

*Vini Oliveira (Cidadania) e Mariana Conti (PSol)*

## CP decide nesta quinta (2) se avança ou se vai a arquivamento

A Câmara de Campinas define nesta quinta-feira (2) o destino da denúncia contra o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP). A Comissão Processante se reúne às 11h30 na sala Thomás Moro para avaliar o parecer do relator Otto Alejandro (PL-SP). O colegiado decidirá se o caso avança para a etapa de coleta de provas ou se indica o arquivamento. O encontro ocorre dois dias após o indiciado entregar a defesa. O requerimento inicial de investigação partiu da vereadora Mariana Conti (PSol-SP) e foi acatado pelos pares em votação no plenário, dando origem à abertura da CP. Vini foi gravado saindo da empresa de ônibus Smile, de Paulínia (SP), com um malote cujo conteúdo é desconhecido. A gravação de mais de uma hora de duração foi editada pela TV Record, para que a emissora pudesse divulgar o conteúdo.

### Tese da defesa

Já Vini sustenta que as gravações anexadas ao processo têm imagens editadas e omissão de trechos originais - o que é imprescindível, no caso de reportagens jornalísticas pela TV. A argumentação exibe um laudo técnico elaborado pelo perito criminal Ricardo Molina (que ganhou notoriedade nos anos de 1990 ao contestar o laudo oficial do Caso PC Farias. Em 2023, Molina foi denunciado e filmado por violência doméstica contra a ex-mulher).

ÁLVARO JR./ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

*Caso CP aponte arquivamento, decisão vai à votação*

### Contestação

Os advogados apontam que o malote retirado da empresa de ônibus Smile continha documentos que foram encaminhados pelo vereador ao Ministério Público. Já a vereadora Conti, na época do pedido da abertura da CP, questinou se Viri era "garoto de recado", já que a viação não precisava do parlamentar caso desejasse fazer uma denúnica ao MP. "Não faz nenhum sentido", declarou a vereadora, então.

### Prazo

Além de Alejando, o grupo especial de apuração conta com Paulo Haddad (PSD-SP) na presidência e com Dr. Yanko (PP-SP) como membro. A comissão tem até meados de setembro para dar o parecer final. Caso indique pelo arquivamento, o plenário o votará. Mas, indicando prosseguimento, haverá oitivas.

## PINGA-FOGO

### Contrato Social

A atuação da Comissão Processante da Câmara Municipal serve de exemplo sobre o compromisso com o interesse público. O recesso parlamentar, que suspende as reuniões ordinárias e comissões permanentes, costuma reduzir o ritmo do Legislativo. Contudo, os integrantes deste colegiado decidiram seguir na direção oposta.

### Poder Local

A legislação prevê o recesso como período sem sessões, mantendo o trabalho de gabinete e o atendimento das 9h às 18h. Na prática, os vereadores poderiam utilizar a prerrogativa para desacelerar as investigações. Mas, a opção pelo empenho demonstra respeito aos cidadãos de Campinas e confere celeridade ao processo.

### Leviatã

A entrega da defesa por parte dos advogados abriu um prazo legal de 5 dias úteis para a emissão do parecer. Mas, ao vez de esgotar o tempo disponível, a comissão acelerou os trabalhos para apresentar o relatório final nesta quinta-feira (2). Essa rapidez inédita anula privilégios e assegura o andamento dinâmico dos trabalhos municipais.

### Príncipe Moderno

A comissão ignora a pausa política para entregar respostas rápidas. O recesso não virou pretexto para a inércia, mas, sim, uma oportunidade de concentrar esforços na resolução das demandas pendentes. O adiantamento dos trabalhos prova que os setores administrativos e os gabinetes podem manter a produtividade desde que se empenhe.

### Modelo

O ritmo da comissão define um padrão elevado de exigência para o retorno das reuniões ordinárias da Casa em 3 de agosto. A Câmara ganha credibilidade quando os vereadores priorizam o dever, tal qual a CP vem fazendo e servindo de exemplo para todo o Poder Legislativo.

### Utopia Real

A postura da Comissão Processante consolida a relevância da fiscalização rigorosa. Ao antecipar o parecer, o colegiado não apenas cumpre o dever, mas estabelece um marco de eficiência na gestão pública local. Campinas ganha uma política madura, na qual o respeito aos prazos e à sociedade prevalece acima de qualquer pausa regimental.

ALESP

*Limite máximo para retirada de água despencou de 31m³ para 27m³ por segundo*

# Cantareira entra em alerta, mas não afeta Campinas por ora

## Sistema opera abaixo de 40% e reduz limite de retirada da Sabesp

Da **Redação**

O Sistema Cantareira entrou oficialmente em estado de alerta após o volume útil registrar 39,8% no encerramento do mês de junho, cruzando o limite crítico de 40%, que determina a transição para a Faixa 3 de operação.

Essa mudança configura um problema para Campinas, pois a cidade depende diretamente das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, conhecidas como bacias PCJ, as quais compartilham a gestão dos recursos hídricos e sofrem os impactos diretos da redução da vazão e da menor disponibilidade de água na região. Entretanto, mesmo com a redução na captação de água agora, ainda não há informações de impactos imediatos no abastecimento da cidade.

**DIMINUIÇÃO**

O limite máximo autorizado para retirada de água despencou de 31m³ para 27m³ por segundo. A restrição atende aos critérios de resolução conjunta estabelecida pela ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; autarquia federal responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e pela regulação do acesso à água bruta no Brasil) em parceria com a SP Águas (Agência de Águas do Estado de São Paulo; autarquia estadual responsável pela gestão, regulação e fiscalização dos recursos hídricos paulistas). A resolução impõe tetos progressivos de exploração conforme o esvaziamento dos mananciais.

**RIO PARAÍBA DO SUL**

Diante do cenário de escassez hídrica que afeta o abastecimento geral, a distribuidora da capital paulista terá de recorrer à transferência de água armazenada na represa da Usina Hidrelétrica Jaguari, pertencente à bacia do Rio Paraíba do Sul, com o intuito de atenuar o desfalque no reservatório principal, respeitando os limites legais vigentes.

**METROPOLITANO**

Enquanto o Cantareira demonstra sinais claros de vulnerabilidade ambiental e exige consumo consciente por parte de toda a população regional, o Sistema Integrado Metropolitano, encarregado de abastecer outras áreas da Grande São Paulo com o suporte de diferentes represas, apresenta uma situação ligeiramente mais confortável, operando com 52,4% da capacidade.